

Província do Espírito Santo - condições sócio-econômicas até 1889.

M^a da Penha Siqueira
- Prof^a Assistente Dept^o História - CGG

A economia açucareira predominou no Espírito Santo até meados do século XIX. Entretanto, seus efeitos não proporcionaram condições favoráveis à expansão econômica da Província. Dependendo da mão-de-obra escrava, a cultura canavieira processou-se com métodos arcaicos, onde a preparação das terras para a lavoura se baseava no machado e no fogo, ignorando, inclusive, a existência de adubos. A tecnologia do açúcar era complexa para a época, mas a Província do Espírito Santo carecia de condições técnicas para que a produção de cana-de-açúcar fosse industrializada. Apesar da incipiência dos métodos de trabalho empregados pelos lavradores e dos poucos lucros proporcionados pelos engenhos, a maior parte da população capixaba dedicava-se ao plantio de cana-de-açúcar que, até 1850, sustentou a economia do Espírito Santo, sendo o principal produto agrícola comercial.

A partir de 1850, o açúcar iniciou sua decadência na participação da economia do Espírito Santo, dando lugar a um novo produto - o café - que nesta época já encontrava crescente produção no Rio de Janeiro e São Paulo. O decréscimo na exportação do açúcar e o acréscimo na do café foram resultados da própria deficiência sócio-econômica da Província, do deslocamento do Brasil da economia açucareira e da crescente demanda do café. Desde o início do século XIX, a tradicional economia do açúcar vinha sofrendo transformações, principalmente com o surgimento de um novo gênero também gerador do produto, a beterraba.¹

A beterraba mudou a estrutura do mercado açucareiro, porque transformou os países consumidores em produtores. Os países europeus e também os Estados Unidos que eram os grandes consumidores do produto, e conseqüentemente a garantia do mercado para a produção açucareira dos trópicos americanos, começaram a produzir açúcar não somente para o próprio consumo interno, como também um excedente para exportação. Este acontecimento colocou em crise os tradicionais produtores. O Brasil sofreu conseqüências desta crise, declinando sua contribuição no mercado internacional. Usando uma técnica rudimentar de produção, não possuindo condições para racionalizar o processo industrial exigido pelo açúcar, e prejudicado pela sua posição geográfica distante dos mercados consumidores, o Brasil não teve condições de superar a crise que a conjuntura internacional e o superado processo da aquisição do açúcar prepararam aos antigos países produtores.

Apesar de sofrerem os efeitos das transformações na obtenção do açúcar, as províncias brasileiras açucareiras permaneceram presas ao cultivo da cana obtendo o açúcar de forma tradicional, até a metade do século XIX, quando iniciou o processo de estagnação e decadência do produto. Foi o caso da Província do Espírito Santo, que inclusive possuía uma escassa classe trabalhadora rural, fator que limitava a produção e impedia a expansão econômica açucareira pois a mesma exigia uma intensa mão-de-obra. Como foi dito anteriormente, a maior parte da população capixaba antes de 1850 dedicava-se ao plantio de cana-de-açúcar. Podemos verificar pelo total da população que nesta época a Província não possuía densidade demográfica, e que o processo de crescimento populacional era muito lento. No período de 1842 a 1872 crescimento populacional foi de apenas 1,7% ao ano.²

Mas as características do plantio do café parcialmente solucionaram os problemas apresentados pela crise açucareira. Embora o plantio do café exigisse forte mão-de-obra, o seu cultivo, colheita e processamento agrícola não exigiam um trabalho tão intenso quanto o processamento açucareiro. O valor cada vez mais alto do produto, a acessibilidade à terra e os custos monetários menores fizeram com que a cultura cafeeira superasse a lavoura canavieira, atraindo para o Espírito Santo migrantes mineiros e fluminenses dedicados à cultura do café.

A partir de 1870, o café já monopolizava o comércio capixaba, superando ao açúcar. Embora o solo fosse favorável ao cultivo de muitos produtos agrícolas, a cultura cafeeira fez com que o grande agricultor se dedicasse exclusivamente ao plantio do café, deixando os outros produtos aos cuidados do pequeno agricultor, que não possuía meios para transportar sua mercadoria até os mercados consumidores. Isto criou a necessidade de importar os demais alimentos. Além do café que era produzido em alta escala, havia a exploração da madeira, e o cultivo de milho, mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar, algodão e cacau, em pequena escala. O Espírito Santo vivia do trabalho da terra, mas além do café apenas a madeira e a farinha de mandioca colaboravam na exportação; os demais eram consumidos internamente. O cultivo do café no Espírito Santo não constituiu especialidades de um único município, e sim expandiu-se em todas as regiões, com diferentes dimensões. Embora expandindo-se em toda a Província, sua proeminência não foi homogênea em toda a região capixaba. Adaptou-se melhor na região sul, anteriormente grande produtora e exportadora de açúcar. Menos desenvolvida, a região norte tinha o município de São Mateus como principal produtor e

exportador da farinha de mandioca. A exploração de madeira era diversificada entre o sul e o norte da Província, principalmente nos locais próximos aos rios.

Dois fatores importantes na conjuntura econômica do Espírito Santo foram a dependência capixaba do Rio de Janeiro e a divisão regional do comércio, que atuava entre Vitória e Cachoeiro do Itapemirim, principal cidade do sul capixaba. Cachoeiro era um centro produtor de café e exportava a produção diretamente para o Rio de Janeiro, através do porto de Itapemirim, independente de Vitória. A dependência do Rio de Janeiro estava implícita na política centralista do governo imperial, que teve como objetivo centralizar o comércio sobre a praça da capital do Império, tornando-a o centro de redistribuição de mercadorias dentro do Império e o ponto de importação e exportação do comércio internacional. Até o final do Império o porto do Rio de Janeiro foi o mais importante e o melhor mercado do Brasil. Era o centro financeiro e controlador do mercado cafeeiro.

A política centralista imperial dificultava a expansão das províncias de baixa renda como a do Espírito Santo, que apesar de possuir na capital um bom porto natural, não tinha os recursos financeiros para centralizar seu movimento comercial na capital. O porto de Vitória, que até o final do Império possuía um simples cais de madeira, era o melhor da Província. Tinha um movimento comercial limitado, a navegação restringia-se a pequena cabotagem e um movimento de grande cabotagem dirigindo-se para o Rio de Janeiro, com um pequeno movimento para a Bahia. Apenas em 1881 começaram alguns navios estrangeiros a frequentar o ponto de Vitória. A aspiração maior dos políticos capixabas era fazer de Vitória uma grande praça comercial, com navegação com o estrangeiro, prevendo uma posterior independência do porto do Rio de Janeiro. Este objetivo já surgia como consequência da crescente demanda do café, e a produção cafeeira do Espírito Santo, a partir de 1870, já estava iniciando uma dinamização econômica na Província, apesar de enfrentar obstáculos à sua expansão. A falta de vias de comunicação entre as regiões produtoras e as praças exportadoras dificultavam o escoamento do produto. Vitória ficava isolada dos outros centros comerciais; a difícil comunicação com o interior da Província prejudicava a economia da capital. Itapemirim, principal porto do sul, possuía um movimento comercial equivalente ao de Vitória. O total de sua exportação de café, em determinadas ocasiões, ultrapassava o total exportado pela capital provincial. A falta de vias de comunicação com o interior da Província limitava o desenvolvimento de Vitória que, para crescer, dependia da exportação dos produtos agrícolas provinciais.

A Receita Provincial subiu aproximadamente duzentos contos de réis, no início dos anos de 1870, para quase quinhentos contos de réis em 1886. Porém, se tomamos em conta os efeitos da inflação, o crescimento real da receita foi de apenas 5,4% ao ano. Sendo o café a principal fonte de renda da Receita do Espírito Santo, os valores oscilavam de acordo com o mercado cafeeiro. Podemos dizer que, neste período, a receita capixaba não permitia investimento em obras de infra-estrutura social.

Os presidentes provinciais afirmavam em seus relatórios que os índices da receita não apresentavam valores mais ascendentes em consequência das condições do transporte do café para os portos, que eram precárias e demoradas, e a dificuldade de baldeação nos portos e armazéns. Outros obstáculos ao desenvolvimento da economia provincial eram as condições de comunicação entre os centros produtores e seus escoadouros, feita em costas de animais, sujeita a freqüentes prejuízos, e o pequeno número de habitantes. A população não se desenvolvia na proporção dos recursos que a Província oferecia à imigração rural.

Em 1872 a população do Espírito Santo era de 82.137 habitantes, dos quais 22.695 eram escravos e 16.157 formavam a população da capital. A agricultura absorvia 56,75% da população ativa em relação às outras divisões de trabalho, até mesmo na capital. A indústria resumia-se a um artesanato elementar e alguns fabricantes de produtos para o consumo interno como o cal, licores, aguardentes, velas, sabão, colchões, selas e baús, permanecendo nesta condição até o final do Império.

Porém foi esta a época de uma das maiores ondas emigratórias da Europa, e o imigrante europeu contribuiu para o aumento da densidade demográfica e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo, tanto os alemães chegados entre 1845 e 1880, como os italianos que chegaram a partir de 1874. A colonização foi uma tentativa do governo provincial de abrir o interior do Espírito Santo. Os imigrantes localizaram-se principalmente no sul e centro da Província, formando colônias dedicadas à lavoura, principalmente a plantação de café. Com o desenvolvimento agrícola destas colônias, tornou-se necessária a abertura de estradas para o interior, permitindo o transporte dos produtos da lavoura para os portos do litoral. O capital local ainda não permitia investimentos para implantar um sistema de transporte ferroviário e a preocupação inicial do governo da Província foi recuperar as estradas existentes

e abrir caminhos para o trânsito de tropas de mulas transportando as mercadorias.⁵

Até o final do Império ocorreu uma pequena expansão da rede viária, visando intercomunicar os centros produtores de café aos portos marítimos, inclusive tentando ligar o litoral capixaba ao interior de Minas Gerais. A Província de Minas Gerais tinha seu comércio voltado para o Rio de Janeiro, e a importância de ligar o interior mineiro à capital capixaba tinha como principal objetivo formar um corredor de exportação até o porto de Vitória. As primeiras atitudes tomadas em relação à infra-estrutura viária até 1889 ainda estavam longe de atender às necessidades comerciais da época; no Espírito Santo quase tudo ainda se achava a fazer. Na última década do Império a lavoura cafeeira mostrou o que era preciso para o desenvolvimento da produção do café, e alertou os governos do Espírito Santo quanto à ausência da infra-estrutura sócio-econômica da Província. O desenvolvimento sócio-econômico capixaba teve início com a substituição da tradicional lavoura canavieira pelos cafezais que trouxeram para a Província um novo tipo de ocupação de terras e novas dimensões econômicas, desenvolvendo um novo tipo de lavoura comercial.

NOTAS

- 01 - OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p.288
 - BUESCU, Nircea e TAPAJÓS, Vicente. História do Desenvolvimento Econômico do Brasil, 2 ed., Rio de Janeiro, A Cara do Livro, 1969, p.33
- 02 - ALBUQUERQUE, Marcos Cintra de. Quatro Séculos da História Econômica do Brasil, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977, p.36
 - PEREIRA Junior, José Fernandes da Costa. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Vitória, 1862, p.14
- 03 - MARTINS, Elizeu de Souza. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Vitória, 1870, p.19
- 04 - CAVALCANTE, Amaro. Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil em 1889, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.242
- 05 - MARTINS. Relatório de 1879, p. 24.